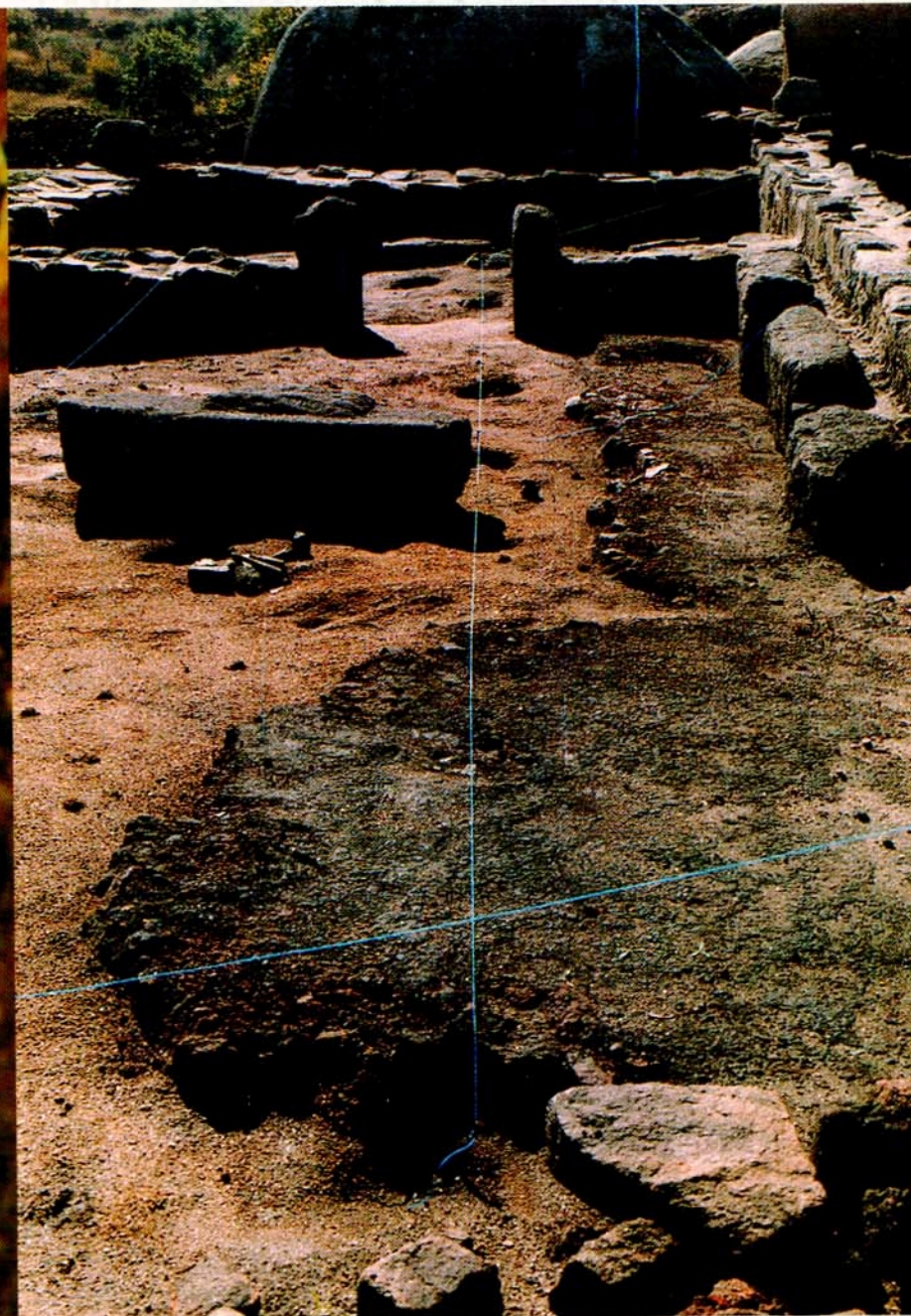


CÔA VISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 2 · ANO DE 2000



EDIÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Do Neolítico ao Bronze na Região “De Entre Côa e Távora

– Que hipóteses e percursos?

Após um trabalho de campo de vários anos na vasta região de “Entre Côa e Távora”, na recolha de dados que lhe permitissem formular hipóteses e traçar percursos do homem (nesta mesma área) durante a pré-história recente, o autor não pode deixar de tecer alguns considerandos resultantes dos registos obtidos.

1 – OCUPAÇÃO NEOLÍTICA

Vestígios de ocupação Neolítica apenas estão referenciados em 3 sítios: **Prazo** (Freixo de Numão) e **Quebradas** (Chãs), ambos no concelho de Vila Nova de Foz Côa; **Fraga d’Aia** (Paredes da Beira) no concelho de S. João da Pesqueira.

Analisando estes 3 sítios (2 de ar livre e um abrigo), nos aspectos geológico e topográfico, pode-se afirmar que eles são muito semelhantes: localizam-se em zonas onde não faltaria os rochedos graníticos (alguns de grandes dimensões) cuja disposição facilitaria a construção de cabanas abrigadas, tendo como encosto os citados rochedos; têm na área envolvente nascentes de água natural; abundaria o bosque, propiciando a recolha fácil de lenha para combustão, caça e mesmo **recolecção de raízes e frutos**.

Desconheço os resultados obtidos pelos arqueólogos do PAVC nas sondagens realizadas no sítio das **Quebradas** (Chãs), pelo que apenas me limito a abordar uma análise comparativa entre os sítios do **Prazo** e da **Fraga d’Aia**.

Datas absolutas obtidas de amostras das várias camadas de sedimentos do abrigo da **Fraga d’Aia** (essencialmente de lareiras), colocam a ocupação do citado abrigo no VIII milénio a.C.; 2.^a metade do VI milénio a.C.; 2.^o e 3.^o quartéis do V milénio a.C.; meados do IV milénio a.C. (lareira 1 – topo da camada 3). Por outro lado, cerâmicas exumadas na base da camada 2 e topo da camada 3, apresentando uma técnica de decoração impressa “penteada”, podem corresponder a uma última

ANTÓNIO DO NASCIMENTO SÁ COIXÃO

ocupação do abrigo no III – inícios do II milénio a.C.¹.

As três datas obtidas de amostras da base da camada 3, que colocam uma das ocupações do abrigo no VIII milénio a.C., têm levado à colocação da hipótese de os carvões recolhidos não corresponderem a qualquer ocupação humana mas a carvões de período anterior à ocupação, que casualmente se encontrariam no local.

Por outro lado, o espólio lítico talhado (46 peças) apresenta uma indústria do tipo microlítico, retocada ou sem retoque, essencialmente sobre lascas de quartzo leitoso e hialino.

O sítio do **Prazo** (Freixo de Numão), cuja ocupação Neolítica foi percebida no ano de 1996 quando se escavava uma “villa romana”, apresenta estratos com vestígios do “Neolítico Antigo”, comprovados pelas cerâmicas e datas de C14 (informação de Sérgio Rodrigues). Camadas inferiores apresentam apenas material lítico, assente na indústria de tipo microlítico, essencialmente sobre lascas de quartzo leitoso e hialino, que podem corresponder a uma ocupação “Mesolítica”.

Citando S. O. JORGE (1999), “no interior do Centro e Norte de Portugal (Beira Alta e Trás-os-Montes e Alto Douro) o substrato mesolítico é quase desconhecido. No entanto, recentes escavações na estação do **Prazo** (Alto Douro Português) permitem supor a existência de um substrato local sem cerâmica que poderá ter antecedido, na região e na jazida, as primeiras ocupações “neolíticas”².

No ano de 1999, o autor efectuou uma sondagem numa zona que passou a denominar de

¹ JORGE V. O. (1988), “O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d’Aia...”

JORGE V. O. (1991), “Novos dados sobre a Fraga d’Aia...”; idem (1993), “Novas datas de C14 para estações pré-históricas...”

SANCHES M. J. (1997), “Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro” Vol. I, p. 149 e 150.

² JORGE S. O. (1999), “Domesticar a terra...”, P. 39 e 40.

PRAZO II, junto a rochedos de disposição semelhante aos da área do Prazo (onde foram realizadas escavações por Sérgio Rodrigues), tendo recolhido uma “ponta de seta” em quartzo hialino, um machado de pedra polida, alguns fragmentos cerâmicos muito rolados e não decorados e ainda uma lareira. O sítio sondado localiza-se a cerca de 200 metros para norte da área dos rochedos já escavada, em terrenos que a Associação Cultural local pretende adquirir com apoio do IPPAR. Estes materiais poderão corresponder a uma fase de transição do IV para o 3.º milénio a.C. As datações dos carvões exumados (em grande quantidade) poderão, em breve, dar-nos dados mais precisos sobre esta hipótese.

Pelos dados já disponíveis, não será arriscado avançar para ocupações (temporárias) do sítio do **Prazo** e áreas contíguas, durante os períodos mesolítico, neolítico e mesmo calcolítico. Aliás, toda a vasta área que envolve o ribeiro do Vale de S. Joana e a ribeira de Murça, apresenta-nos uma disposição em anfiteatro com uma topografia idêntica, abundando os afloramentos graníticos e pequenos abrigos em rocha bem como terraços.

No ano de 1993, o autor sondou a área do denominado “terraço do abrigo 3 da Painova” (na recolha de dados para a elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa), tendo sido exumado significativo material cerâmico e lítico que interpretou como atribuível a uma ocupação do “calcolítico inicial”. Esta área (Painova), bem como a do Vale Ferreiro, localizam-se a meia encosta do citado anfiteatro (lado este) que ladeia a ribeira de Murça, distando cerca de 2 quilómetros do sítio do Prazo.

Esta constatação de uma forte e variada ocupação naquela área durante a pré-história recente, terá de levar a uma intervenção prolongada, numa primeira fase através de sondagens em diversos pontos do vale, com incidência em áreas de implantação de rochedos e pequenos abrigos, com o fim de recolher dados que permitam compreender as diversas fases de ocupação daquele território.

Área ainda hoje bastante propícia ao aparecimento espontâneo de floresta (onde sobressai o zimbro), é igualmente rica em caça (lebre, coelho e javali).

Estudos preliminares de restos de fauna proveniente das escavações arqueológicas do sítio do **Prazo**, apontam-nos para a existência na zona, durante o neolítico, de javali, veado e coelho (informação prestada por Sérgio Rodrigues).

Um estudo (ainda preliminar) das cerâmicas presentes no sítio do **Prazo**, aponta-nos para a existência de vasos de pequeno porte, não se tendo registado a ocorrência de fragmentos cerâmicos que indiquem a presença dos denominados “vasos de provisão”. A decoração “cardial” não foi aqui reconhecida até à presente data.

Estaremos portanto, nesta área do **Prazo** e

vales contíguos, perante sítios ocupados durante curtos períodos de tempo, tendo a base de subsistência assente na caça e recolção. O facto da ocorrência de dormentes e moventes (em granito) no sítio do **Prazo**, poderá relacionar-se com uma prática agrícola mas também com a moagem de gramíneas e frutos provenientes de actos de recolção.

Para já, não se dispõem de dados que nos permitam incluir as práticas agrícolas, durante o “Neolítico Antigo” nesta área de Freixo de Numão.

Os materiais exumados na estação do **Prazo** (essencialmente em sílex) bem como as técnicas decorativas das cerâmicas (semelhantes às exumadas noutros pontos da Península Ibérica), levanta-nos o problema da proveniência e da transmissão cultural (S. O. JORGE, 1999). A ausência da denominada “Cerâmica cardial” (presente na “neolitização” do litoral atlântico), poderá reforçar a tese de M. J. SANCHES (1999), ao referir que a “aquisição de produtos e técnicas (pelos fins do VI milénio e inícios do V milénio a.C.) por parte das comunidades do nordeste de Portugal deve ter-se feito por contactos de diversa natureza com outras comunidades do interior da Península Ibérica”³.

No caso desta região do Douro Superior, confluente com o nordeste Português, defende-se, igualmente, uma “penetração” de inovações várias segundo percursos predominantemente interiores (e não exclusivamente costeiros, como até há em pouco se pensava e discutia).

Estabelecendo agora análises comparativas entre os dois sítios estudados (ou em estudo) – **Prazo e Fraga d’Aia** – ambos nos fornecem dados, seja por datas absolutas seja por análise dos materiais exumados, que virão reforçar as teses da mobilidade (descontinuidades e/ ou rupturas) e da renovação dos ecossistemas (SANCHES, 1999)⁴.

Conhecida que é uma provável ocupação pré-cerâmica no sítio do **Prazo** (faltam ainda datações de C14), onde sobressai a indústria micro-lítica, restar-nos-á perguntar se, em relação às datações de carvões que nos levam até ao VIII milénio a.C. na **Fraga d’Aia**, o achado é ocasional ou reportar-se-á a uma ocupação humana do abrigo.

Pelos dados já disponíveis resultantes dos estudos arqueológicos destes 2 sítios (por sinal muito semelhantes nos aspectos geológico e topográfico), poderemos começar já a falar de um “Mesolítico do interior da Península” personalizado por caçadores

³ SANCHES M. J. (1999), “A arqueologia e o meio natural: o caso da implantação do sistema agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro”, artigo inserto na revista ARQUEOLOGIA – n.º 24, p 43 a 60.

⁴ SANCHES M. Jesus (1999), “Sobre as possibilidades da construção de um discurso histórico acerca da Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro” (comunicação apresentada no III Congresso de Arqueologia Peninsular – Vila Real, Setembro de 1999).

– recolectores numa fase semi-sedentária, ocupando espaços junto ou entre rochedos, essencialmente em zonas graníticas?

As datações bastante espaçadas (temporalmente) obtidas no abrigo da **Fraga d’Aia**, poderão corresponder a uma ocupação do espaço em diversos períodos (não muito longos) durante cerca de 5 milénios. Aliás, segundo A. M. Baptista, (vid. Cap. 8 da presente tese), as pinturas ali deixadas correspondem a duas fases, o que pode denotar a utilização do abrigo por parte de gerações muito distantes.

Por seu lado, na vasta zona entre o Prazo e Painova e Vale Ferreiro (Freixo de Numão) foram já detectados vestígios que, como atrás se disse, corresponderão a diversos períodos, em espaços de milénios (do Mesolítico ao Calcolítico).

A descoberta dos denominados “abrigos da Painova” (Freixo de Numão) deveu-se ao facto de um caçador, há cerca de 14 anos, nos indicar aqueles “buracos” como tendo servido para abrigo de caçadores, ainda não há muitas décadas ! Uma sondagem realizada no ano de 1993 no “terraço ou patamar do abrigo 3”, permitiu-nos recolher, na camada 3, significativo material lítico e cerâmico atribuível ao calcolítico. No entanto, nas camadas 2 e 2A, foram recolhidos carvões que depois de sujeitos a datações no ITN nos deram as seguintes datas: 248-383 cal AD e 1478 cal AD. Depreendemos que estes carvões resultaram de fogueiras feitas por caçadores na época romana e num período tardo-medieval.

Estas datas vêm, pois, dar solidez à tese da ocupação deste tipo de abrigos durante milénios, quer por populações agro-pastoris (no neolítico final e calcolítico inicial) quer por caçadores já em plena época histórica.

No caso desta área de Freixo de Numão (vales sobranceiros à ribeira de Murça) poderemos falar (como hipótese) de descontinuidade e continuidade. Continuidade em relação a um largo e homogéneo espaço geográfico, descontinuidade em relação aos micro-espaços ocupados no citado espaço geográfico. E esta mobilidade de pessoas e bens (nesta região), num lato período, só se virá a atenuar quando se verifica o agrupamento de pessoas em povoados com as mais diversas características de localização topográfica, salientando-se alguns sítios de cota mais alta.

Daí que grande parte dos povoados inventariados (a maior parte em zonas elevadas) sejam atribuíveis (numa 1.^a ocupação) ao III milénio a.C. (de realçar que esta conclusão apenas resulta da análise e estudo, quase exclusivamente, das organizações decorativas das cerâmicas recolhidas).

2 – O CALCOLÍTICO

Ao percorrer montes e vales nesta vasta região de “Entre Côa e Távora”, onde a topografia é muito

semelhante apenas se diferenciando na constituição dos solos (predominantemente xistosos com a intrusão de alguns maciços graníticos), cedo constatei que o homem do calcolítico privilegiou, como locais de ocupação e fixação, os sítios naturais de difícil acesso (cumeadas, esporões, etc...), alguns deles não muito distantes das linhas de água. Autênticas “cordas” de pequenos povoados foram sendo registados ao longo da margem esquerda do rio Douro, margens dos rios Côa e Massueime, margens da ribeira Teja e ainda margem direita do rio Távora (área de Paredes da Beira).

Ficou a ideia que o homem se fixou, durante o III milénio a.C., em sítios elevados, muito deles agrestes, onde predominavam formações rochosas que ajudariam a tornar as habitações e mesmo o lugar mais abrigados dos ventos.

Fora deste contexto localizam-se sítios como a **Raza I** (Horta do Douro), **Castelo do Nunes** (Outeiro de Gatos – Meda), entre outros, que estariam implantados em cotas de baixa altitude. Carecem-se de estudos aprofundados que nos levem a interpretar estas excepções.

S. O. JORGE (1999) reflecte, sobre os povoados de altitude: “tendo em conta as recentes reflexões sobre a natureza de “lugares monumentalizados” podemos tentar arrumar os tradicionais “povoados murados” ou mesmo os “povoados fortificados” segundo dois tipos de localização: lugares que aproveitam formações rochosas preexistentes, muito proeminentes na paisagem, os quais são “monumentalizados” através da construção de muretes ou outros dispositivos arquitectónicos; lugares que ocupam sítios naturais de difícil acesso (cumeadas, esporões, etc...) nos quais são edificados, de raiz, recintos amuralhados.

No primeiro caso existe um aproveitamento da visibilidade e das características geográficas de lugares naturais para reforçar a natureza monumental dos recintos ali construídos. É mesmo possível que tais recintos fossem erguidos em sítios naturais com qualquer valor sagrado para as populações que os monumentalizariam ou que os veriam de longe. Trata-se de um acrescentamento arquitectónico ao valor simbólico de uma “cenografia natural”⁵.

Reflectindo sobre esta interpretação, vale a pena destacar, dos sítios inventariados para figurarem nesta tese, alguns deles ainda hoje contendo pequenas capelas ou santuários cristãos:

No concelho de Vila Nova de Foz Côa:

- Alto de Santa Eufémia (Freixo de Numão), local onde já existiu uma capela dedicada àquela santa;

⁵ JORGE (1999), “Domesticar a terra...”, pág. 97.

- Castelo de Numão, onde se localizam a igreja dedicada a Santa Maria e uma capela dedicada a S. Pedro;
- Alto da Senhora do Viso (Custoias do Douro), santuário ainda hoje com irmandade e romaria;
- Alto de S. Martinho (Seixas do Douro), santuário ainda hoje com festa e romaria dedicadas ao patrono da freguesia;
- Alto de Santa Bárbara (Mós do Douro), Capela com festa e romaria.

No concelho de Meda:

- Alto de Santa Bárbara (Coriscada), local com santuário e romaria;
- Alto de Santa Columba (Poço do Canto), local onde já existiu uma capela (são ainda hoje visíveis as ruínas);
- Senhora de Vila Maior (Chãos), com capela e romaria.

No concelho de S. João da Pesqueira:

- S. Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira), com santuário, festas, feiras e romaria;
- Senhora de Lourdes (Nagozelo do Douro), com santuário, festa e romaria;
- Alto de Santa Bárbara (Vale Figueira), com capela e festa anual.

Na linha de reflexão da autora do texto atrás citado (S. O. Jorge), resta-me tentar estabelecer o paralelo entre o valor sagrado que aqueles “morros” hoje têm, ali se encontrando implantados templos dedicados ao Santo ou Senhora da devoção daquelas populações, e o valor (porque não também sagrado, com outros deuses e outros rituais) que os mesmos teriam para o homem da pré-história recente, que por múltiplas razões os escolheu e monumentalizou.

Pergunto ainda, volvidos milhares de anos depois de uma primeira ocupação e aproveitamento, porque razão muitos desses morros hoje com santuários cristãos foram recentemente escolhidos para neles se implantarem infra-estruturas simples (miradouros).

Para uns, uma escalada (até esses morros sagrados) libertando o espírito através da oração e da devoção; para outros, uma escalada com o objectivo de contemplar, libertar o espírito através do sentimento de domínio da paisagem, ali sentindo S. O. conforto e segurança porque conseguem controlar, bem lá do alto, os movimentos de tudo o que se integra no horizonte dominado.

Tudo isto, todas estas razões, nos fazem reflectir sobre o sentimento do homem de ontem e de hoje, ao definir, ao olhar, ao ocupar, ao contemplar, ao dominar a natureza e os seus segredos e recursos.

Ainda sobre esses locais elevados ocupados pelas populações do Calcolítico e de períodos posteriores, escreve S. O. JORGE (1999):

“...Estes locais emergem sobranceiros a paisagens cuja forma de ocupação da terra e, correlativamente, sistemas da sua representação estão a mudar desde, pelo menos, finais do 4.º milénio a.C. Investimentos agrícolas intensivos proporcionam ocupações continuadas nos mesmos territórios durante longos períodos de tempo (...). O novo território de finais do 4.º/inícios do 3.º milénio a.C. é um território mais restrito e mais fechado, com fronteiras – reais e simbólicas – onde se incrementam dicotomias espaciais.

(...) Os recintos murados do Calcolítico/Bronze inicial-médio, independentemente da teia de relações contextuais a que estiveram ligados, reproduzem, localmente, um novo figurino de “pertença a”, novas percepções individuais do mundo social. Estes recintos monumentais, dominantes na paisagem, independentemente de funções específicas que desenvolvem ao longo do tempo, são poderosos “marcadores” espaciais das primeiras paisagens irreversivelmente agrárias...”⁶.

“...Serão lugares plurifuncionais, contendo áreas de tipo “doméstico”, “funcional” e “ritual”⁷.

Pela análise dos sítios inventariados, percepção de prováveis linhas de “amuralhamento” (agora normalmente em situação de derrube e, por vezes, em amontoados), a quase sempre existência de mós dormentes em granito, a recolha de pesos de tear em barro, serão indicadores de uma actividade totalmente sedentária a partir de finais do 4.º e 3.º milénio a.C.

Tomando como base a estação arqueológica do Castelo Velho de Freixo de Numão, diremos que todos estes povoados inventariados estariam associados a um sistema agro-pastoril. Materiais ligados a actividades como a moagem e a tecelagem estão presentes em muitos desses povoados.

A investigação tem-nos fornecido, contudo, menos informação sobre os vestígios associados à actividade metalúrgica.

Os terrenos envolventes destes povoados apresentam solos propícios ao cultivo dos cereais bem como à disseminação de pastos para alimentação dos ovicaprídeos. As queimadas seriam, muito provavelmente, um dos processos mais utilizados para a renovação dos pastos. Ainda hoje, nesta região, os pastores utilizam esses métodos de queimadas dos terrenos de encosta. A maioria das vezes são acusados da defloração de incêndios que acabam por devastar grandes manchas de florestas.

Analisando os resultados das escavações já levadas a efeito no sítio do Castelo Velho de Freixo de Numão, verifica-se a pouca presença de ma-

⁶ S. O. JORGE (1999), “Domesticar a terra...” , pág. 104.

⁷ Idem, pág. 106.

teriais associados à actividade da caça, se bem que, em estudos da fauna já realizados, estejam presentes restos ósseos de animais ditos selvagens. Teremos (muito provavelmente) no III milénio a.C., comunidades quase exclusivamente dedicadas à agricultura e ao pastoreio, a que não andaria dissociada a criação de alguns animais domésticos.

A quase ausência de recolha (nestas prospecções) de “materiais não regionais”, não permite, para já, avançar sobre “rotas de comércio” ou relações culturais exógenas”. No entanto, em Castelo Velho de Freixo de Numão, foram já exumados materiais em cobre e ouro, contas de colar e material em sílex.

O registo de fragmentos de barro de revestimento (provavelmente de cabanas) em alguns dos sítios inventariados (contendo ainda os negativos de troncos e ramos) permite avançar com uma certa uniformização do tipo de habitação: cabanas provavelmente adossadas a afloramentos rochosos e muretes delimitativos dos povoados, com uma estrutura de base em pedra assente sobre camadas de barro, depois elevadas com troncos que, por sua vez, seriam fechados com ramos revestidos com barro amassado.

Sobre a importância da argila para estes povos pré-históricos do III milénio a.C., cita V. O. JORGE (1999):

“...A argila servia para terraplanar o solo regularizando-o; para revestir as estruturas de provável armazenamento e de eventual habitação; e, muito provavelmente, os próprios muros que definem os espaços internos e externos destes sítios”⁸.

Concordando quase totalmente com esta interpretação de V. O. JORGE, não deixarei no entanto de colocar algumas reservas sobre a utilização do barro naquilo que poderemos chamar de “muralha” ou “muretes” que circundavam e fechavam os povoados, pelo menos como material exclusivo. Em muitos dos povoados agora inventariados o volume de pedra em situação de derrube é bastante elevado, o que poderá indiciar uma construção totalmente em pedra (xisto ou granito), que ia sendo aplicada (no acto da construção) juntamente (isso sim) com barro amassado para maior consistência e consolidação...

Seria ou será necessário no entanto, recorrendo à denominada “arqueologia experimental”, ensaiar, num determinado sítio e ponto de um povoado a escolher, o “efeito rectospectivo”, tentando remontar um “troço” do que teria sido o “pano de muralha”, recorrendo ao pedrame que se encontra depositado na área/espaço do citado “troço”.

Significativo foi o registo de povoados, localizados em “morros”, que se encontram ao longo

das linhas de água (rios e ribeiras). Se o factor “água” poderá ter sido importante, desconhecemos a relação com a alimentação à base de peixe. O facto de nenhum desses povoados ter sido escavado nem mesmo sondado, não permitindo verificar a provável existência de materiais relacionados com a actividade piscatória, não me permite estabelecer a correlação “povoados/actividades de subsistência”.

Creio, no entanto, que o principal factor da correlação “monte/rio ou ribeira” estaria relacionado com o conceito de “domínio espacial” de um determinado território e, porque não, o domínio e controle das rotas de comércio que se fariam através das linhas de água (pelo menos no que se refere ao rio Douro, até há bem pouco tempo um importante eixo comercial dos vinhos do Porto através dos barcos rabelos).

O elevado número de sítios com vestígios arqueológicos da pré-história recente inventariados nesta região (convictos de que muitos ficaram por inventariar) poderá colocar alguns problemas de interpretação. Terão todos os povoados a mesma cronologia ?

Pelas características das cerâmicas recolhidas, pelo menos no que respeita a este período (Calcolítico), os indicadores apontam para um mesmo contexto cronológico.

Quanto à área ocupada, realça-se o facto de a maioria dos sítios inventariados não apresentar vestígios em mais que 0,5 ou 1 hectare. Apenas **Castanheiro do Vento, Quinta da Torrinha, Cistânia da Teja, Castelo do Reboledo, Castelos de Santa Comba**, poderão ter ocupado uma área superior a 1 hectare.

Feito um ensaio com base nas “linhas de visibilidade” entre os povoados inventariados na área do concelho e Vila Nova de Foz Côa (o mais bem estudado e prospectado) diremos que os povoados mais dominantes serão os do **Castelo Velho** de Freixo de Numão (n.º inv. 2/VLF); **Alto de S. Martinho** (n.º inv. 47/VLF); **Alto do Viso** (n.º inv. 45/VLF) e **Castanheiro do Vento** (n.º inv. 13/VLF), conforme se pode verificar na figura 23 da presente tese. Nessa figura, no entanto, é dado maior realce aos sítios de Castelo Velho e Alto de S. Martinho.

De salientar que “Castelo Velho de Freixo de Numão” tem uma dominância visual (para Este) sobre grande parte das elevações que se encontram ao longo do rio Côa. Para Oeste, apenas visualiza o Alto de Santa Eufémia e Castanheiro do Vento.

Que inter-relação entre a localização dos povoados e a sua comunicação visual? Não se encontra o mestrando em poder de dados suficientes que lhe permitam abordar (para já) um assunto tão complexo. Só após escavados alguns sítios localizados nessa “malha” seria possível, a partir de uma base de dados, tirar algumas conclusões plausíveis, com suporte científico.

⁸ V. O. JORGE (1999), “A importância da argila”, in *Jornal Notícias de Freixo de Numão* (Agosto/Setembro de 1999 – n.º 186).

Se as escavações arqueológicas agora iniciadas em **Castanheiro do Vento** podem ser importantes para interpretar **Castelo Velho** (e vice-versa), escavações arqueológicas no **Curral da Pedra** (Chãs), **Castelo de Numão** ou **Citânia da Teja** (Numão), ajudar-nos-iam, numa primeira abordagem, a algumas sínteses interpretativas.

Seja como for, o que podemos afirmar com acentuada certeza é que esta região (que serviu de suporte a este estudo) foi densamente ocupada durante o III milénio a.C., não havendo praticamente cumeada ou esporão dominante que não possuía vestígios do Calcolítico.

3 – A IDADE DO BRONZE

Se os trabalhos de prospecção na região de “Entre Côa e Távora” nos forneceram bastantes dados (essencialmente ao nível das cerâmicas) para a ocupação do 3.º milénio a.C., o mesmo não se passou quanto ao 2.º milénio a.C.

Visto que grande parte dos dados são baseados em recolhas de superfície, limitei-me a confrontar tipologias, pastas e formas de restos de vasos cerâmicos, tomando como paralelo as cerâmicas provenientes de Castelo Velho de Freixo de Numão. Mais de 90% das cerâmicas recolhidas na prospecção reportar-se-ão ao Calcolítico e apenas uma pequena percentagem (das cerâmicas decoradas) terão como horizonte cronológico a Idade do Bronze.

Pelos resultados das escavações arqueológicas já realizadas nos povoados do **Castanheiro do Vento** e **Castelo Velho**, é dada como certa a ocupação daqueles dois povoados durante a Idade do Bronze, registando-se em ambos uma presença prolongada em período anterior (Calcolítico).

Confirmadas que estão essas ocupações naqueles dois sítios, convirá rememorar as campanhas de prospecção que o mestrando ali efectuou há cerca de 14 anos. Analisadas, então, as cerâmicas recolhidas num e noutro sítio, direi que mais de 90% dos fragmentos decorados me levaram a dar aos mesmos (sítios) uma ocupação proeminente durante o 3.º milénio a.C. e uma ocupação fugaz durante o 2.º milénio a.C.

Aliás, pretendendo uma abordagem global desta área em diversos períodos da ocupação humana, se bem que de forma linear, o autor (quando da elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa)⁹, levantava o problema para as “bolsas de desconhecimento e ausência de vestígios” para alguns períodos, essencialmente para a Idade do Ferro. Já nessa altura (1995) estranhava os inúmeros vestígios do 3.º milénio

a.C., uma menor quantidade desses vestígios durante a Idade do Bronze e praticamente a ausência dos mesmos (pelo menos em termos arquitectónicos) correspondentes à ocupação durante o 1.º milénio a.C.

Sobre esta não proporcionalidade de mais densidade humana corresponder a cada vez menos vestígios (visíveis, é claro) socorrer-me-ei de S. O. JORGE (1999), que a propósito de uma abordagem sobre a Idade do Bronze cita:

“Na Idade do Bronze, apesar de estarmos perante um povoamento mais organizado e denso, ele não deixa, no registo arqueológico traços tão nítidos como no 3.º milénio a.C. (...) os povoados da Idade do Bronze surgem com alguma invisibilidade arqueológica, o que tem sugerido a alguns autores a emergência de uma certa segmentação social correlativa de maior mobilidade e menor competição intercomunitária”¹⁰.

Dos povoados inventariados, onde á priori a única ocupação poderá corresponder à Idade do Bronze, apenas se poderão referir os sítios do **Castelo Velho** (Chãs), **Castelo do Nunes** (Outeiro de Gatos – Meda) e **Alto e Santa Eufémia** (Freixo de Numão). Todas as cerâmicas recolhidas corresponderão àquele único período.

Há no entanto sítios que registaram a ocorrência de materiais correspondentes a um horizonte cronológico mais vasto (do Calcolítico à Idade do Ferro) e mesmo alguns que prolongam essa ocupação até à romanização e Idade Média (casos do Castro de S. Jurge e Castelo de Numão).

Um outro caso típico desta continuidade de ocupações é o da área onde se encontra implantada a freguesia de Freixo de Numão. Provável civitas romana assente num enorme povoado da Idade do Ferro, ali se têm registado, no entanto, machados de pedra polida (em anfíbolito e selimanite), martelos em seixo rolado (com sinais de utilização), mós dormentes e moventes pré-históricas em granito. No entanto, como os registos têm sido ocasionais, (em áreas como as zonas do Castelo, Lajes e Quintal da Casa Grande), há necessidade urgente de realizar sondagens em alguns pontos dessas áreas a fim de recolher cerâmicas e outros materiais, que nos atestem essas ocupações mais antigas (Calcolítico, Idade do Bronze e, porque não, Neolítico).

Considerando os casos paradigmáticos das zonas das actuais freguesias de Numão e Freixo de Numão (as mais bem estudadas), onde tudo indica uma sucessão de ocupações pelo menos desde o Calcolítico até aos nossos dias, poderemos, (com uma investigação mais aprofundada) vir a resolver os problemas que se têm levantado com a fraca ocorrência de vestígios (para o Bronze e Ferro) nesta região.

⁹ COIXÃO A. N. Sá (1996), “Carta Arqueológica do concelho de V. N. de Foz Côa”.

¹⁰ JORGE S. O. (1999), “Domesticar a terra...”, pág. 113.

O **Alto de Santa Eufémia**, onde até ao momento se registaram apenas achados correspondentes ao Bronze médio e final, é um “morro” localizado numa posição central entre os maciços graníticos de Freixo de Numão e Numão, mesmo a única elevação que tem uma dominância total sobre a paisagem daquela vasta área. Não ultrapassando a área ocupada (na Idade do Bronze) o meio hectare, mais diremos estar perante um “marco territorial”, que serviria de “posto de controle”, de “atalaia”, de símbolo de ostentação de força e poderio de um povoado de grandes dimensões que lhe ficaria para nascente.

Sítios como o **Castelo Velho de Seixas** poderão ter sido ocupados desde o Calcolítico até à Idade do Ferro. Outros, como o **Reboledo** e a **Chã do Marganho** (Paredes da Beira), apresentam indícios de uma ocupação que vai do II ao I milénio a.C.

Estaremos, no II milénio a.C., perante a presença de um povoamento mais denso (disso não nos restam dúvidas) mas o certo é que, como cita S. O. JORGE (1999), ele (povoamento) não deixa, no entanto, no registo arqueológico traços tão nítidos como no 3.º milénio a.C. Estou em crer, no entanto, que continuará a ser errada a procura desses vestígios (de grande densidade) nos antigos povoados calcolíticos. Alguns deles continuam a ser ocupados durante o 2.º milénio a.C., mas eles não serão mais que complementos (de defesa ou de controle) de povoados mais populosos.

Se tivermos em conta o tipo de cerâmica dita “Cogeces” ocorrida no Castelo Velho de Freixo de Numão e no Alto de Santa Eufémia, que lhe conferirão contemporaneidade num certo momento, diremos que ambos se localizam em pontos extremos, ambos de grande dominância, tendo como ponto central o planalto de Freixo de Numão. Defenderei assim, embora sem uma forte consistência tendo como base o registo arqueológico, que aqueles dois sítios são contemporâneos (num dado momento da Idade do Bronze) e se integrariam numa mesma comunidade que teria o seu epicentro na área da actual freguesia de Freixo de Numão. Futuros estudos (que urge levar a efeito) na área urbana na freguesia atrás citada, poderão ou não vir reforçar esta hipótese.

Assim sendo, estaremos perante vestígios menos visíveis, mas esses resultantes não de uma ausência mas de uma “selagem” de estruturas em consequência de ocupações posteriores.

Antes do autor desta dissertação iniciar o estudo da romanização desta área, nunca aqui se tinha falado na presença dos romanos nem os vestígios eram visíveis. Após um estudo aprofundado de Freixo e Numão e da sua área, hoje já se coloca a hipótese de uma provável “civitas” na era dos imperadores e todos os dias surgem novos dados e vestígios!

A visibilidade de estruturas e materiais continua bem presente naqueles que foram povoados da Idade do Cobre. Essa visibilidade vai diminuindo ao longo da chamada Idade do Bronze, para vir quase a desaparecer durante a Idade do Ferro! Esta constatação apenas pode e deve servir como ponto de partida para novas pesquisas, “procurando os grandes povoados do 2.º milénio a.C. não nas cumeadas e esporões mas em zonas planálticas, onde a agricultura assentou arraiais e se desenvolveu”, pelo menos a partir do Bronze médio ou final.

Esta constante “trama” de dúvidas e desespero de alguns investigadores (em relação ao Bronze e Ferro) advém do facto de se teimar em querer estabelecer um padrão para todo o território. Esqueçamos, pois, os “castros da Idade do Ferro do Noroeste Português” quando pesquisamos em terras do Nordeste e Centro Interior de Portugal os contemporâneos daqueles.

Litoralização e interiorização não devem ter caminhado juntas no percurso das revoluções urbanas e das revoluções rurais (neste caso agrícolas). Os interesses de uns não foram, no mesmo momento, os interesses dos outros, nem mesmo hoje em que a aculturação se faz através de auto-estradas e IP’s!

Menos registo arqueológico visível não implica menos dados arqueológicos. Um maior investimento nos trabalhos de campo, continuados e não esporádicos ou sazonais, seriando “bolsas de vestígios bem conservados”, será o elixir para as dúvidas que, não sendo metódicas, são no entanto endémicas no mundo da investigação arqueológica.

Interessa ainda (dentro e para além da investigação arqueológica) ensaiar estudos sobre a evolução do homem em relação ao meio, na tentativa de interceptar, da pré-história à história, pontos e linhas de continuidade e descontinuidade, sinais de raízes que o ligam à terra, reforçando ou não aquilo que se julgam ser os “laços fortes que prendem as comunidades rurais à terra que lhes foi legada”.

Talvez, deste modo, possamos vir a compreender melhor o fenómeno da “sedentarização”, que poderá ter assentado na “continuidade geracional” e na sua correlação com certos espaços “milenarmente ocupados”, tendo sempre, como elo forte e solidário, o respeito pelas suas crenças, costumes e rituais.

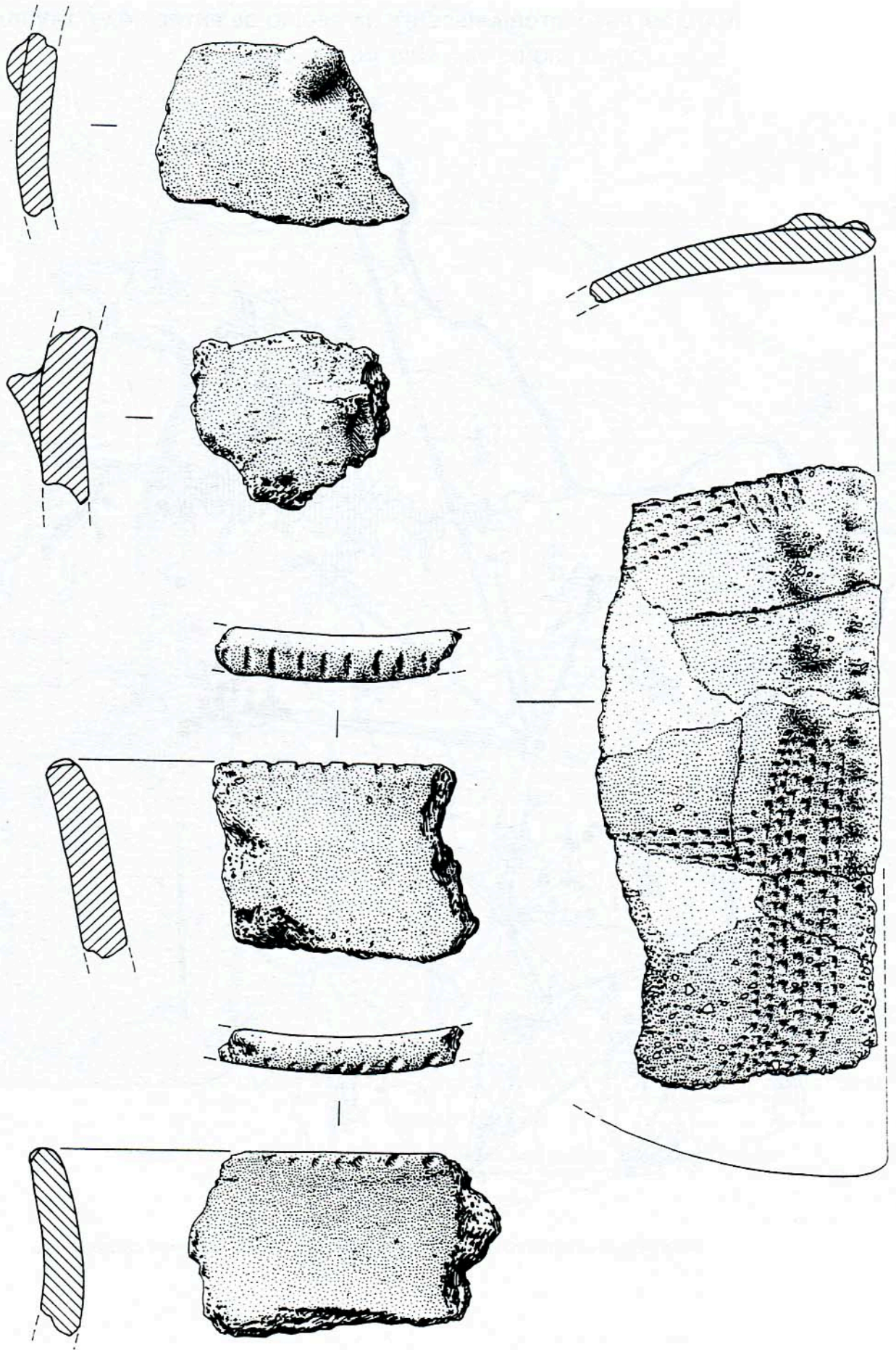
Ontem, como hoje (?!)... até quando?

(Trabalho extraído do Capítulo 10 da “Dissertação de Mestrado em Arqueologia” apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto por Dr. António do Nascimento Sá Coixão, em Novembro de 1999, com o título: “A Ocupação Humana na Pré-História Recente na Região De Entre Cõa e Távora”).

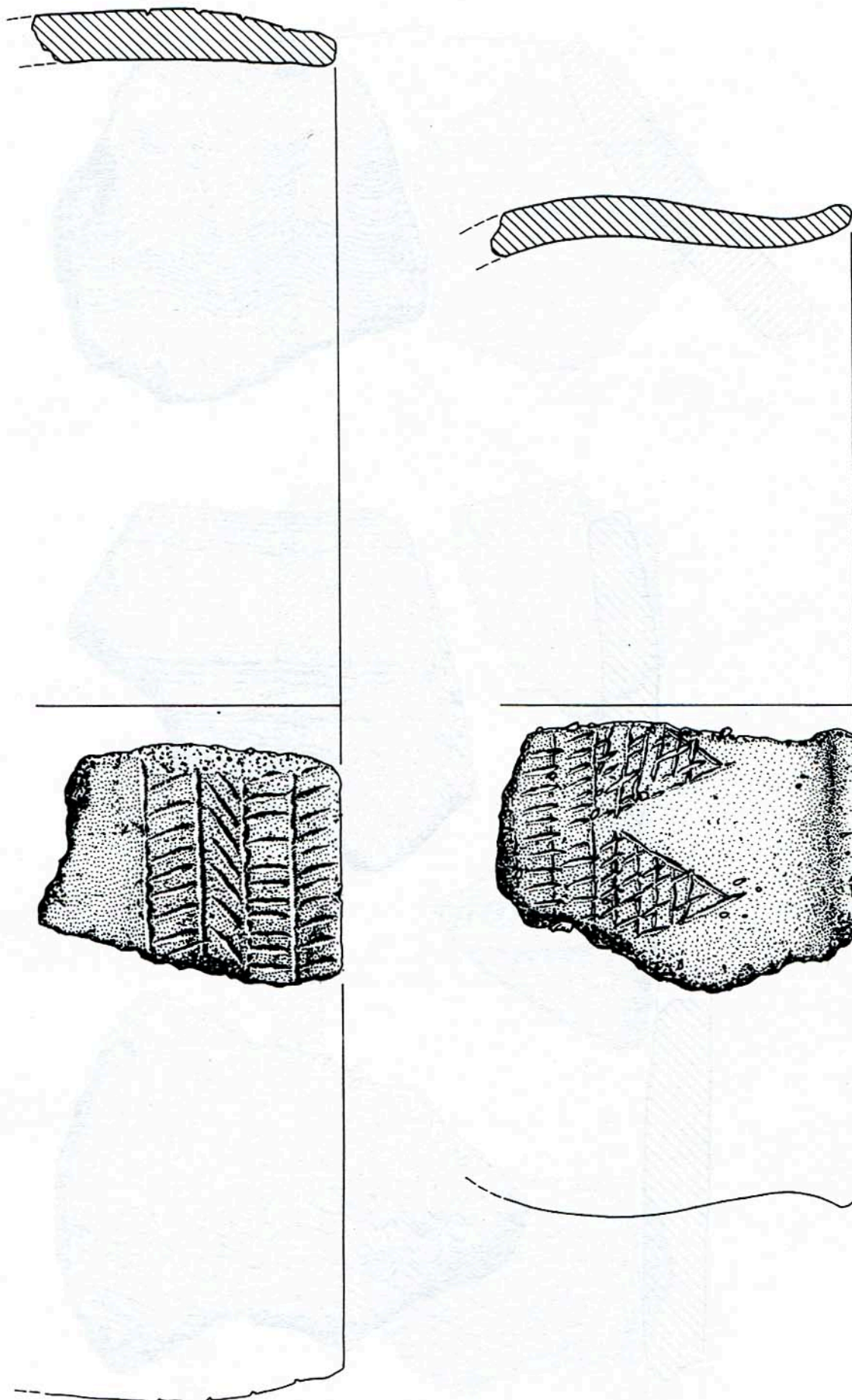
“A OCUPAÇÃO HUMANA NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NA REGIÃO DE ENTRE CÔA E TÁVORA”
(CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA)



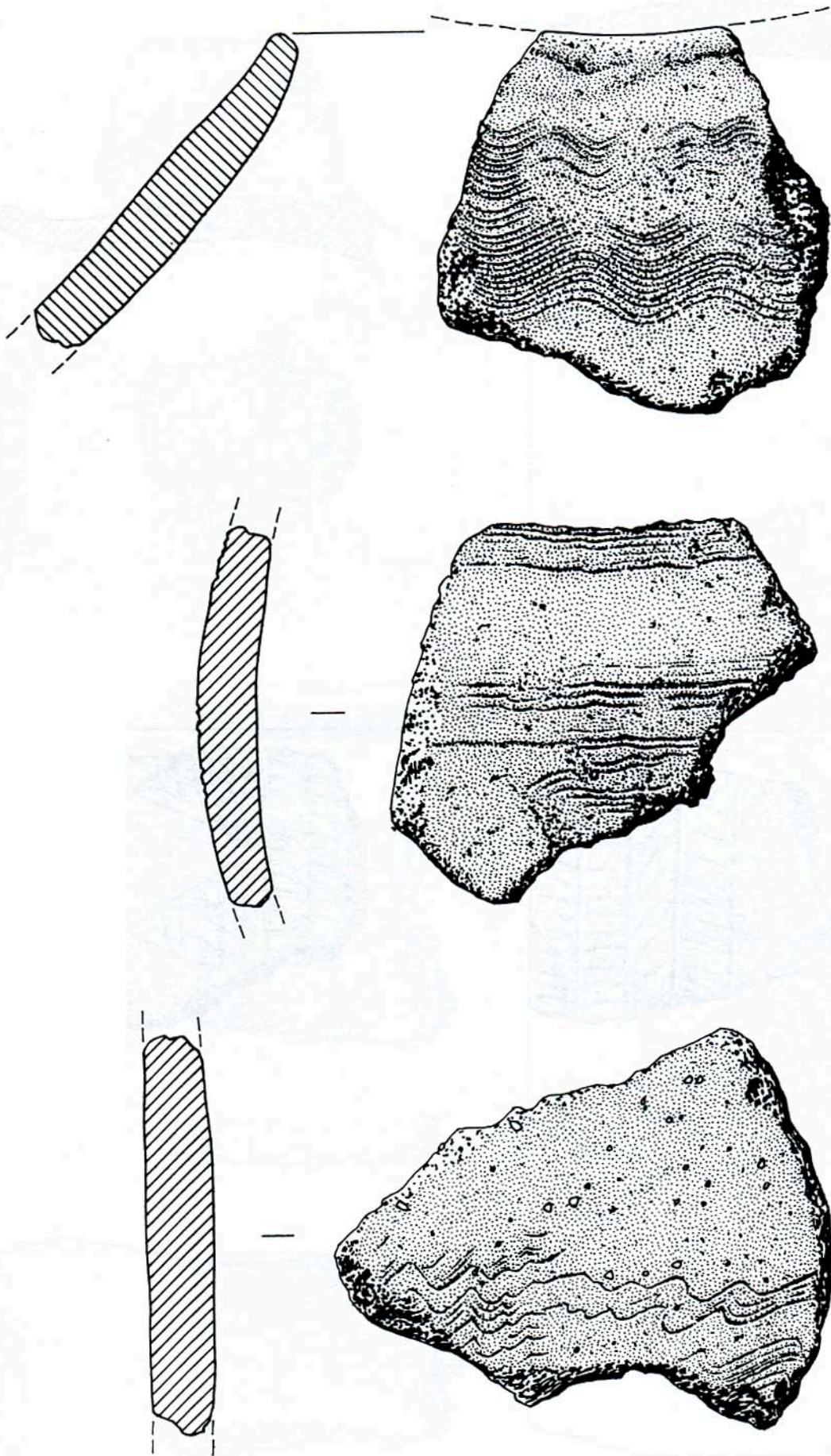
Figura 2 – Povoados inventariados no concelho de Vila Nova de Foz Côa – ensaio das linhas de visibilidade



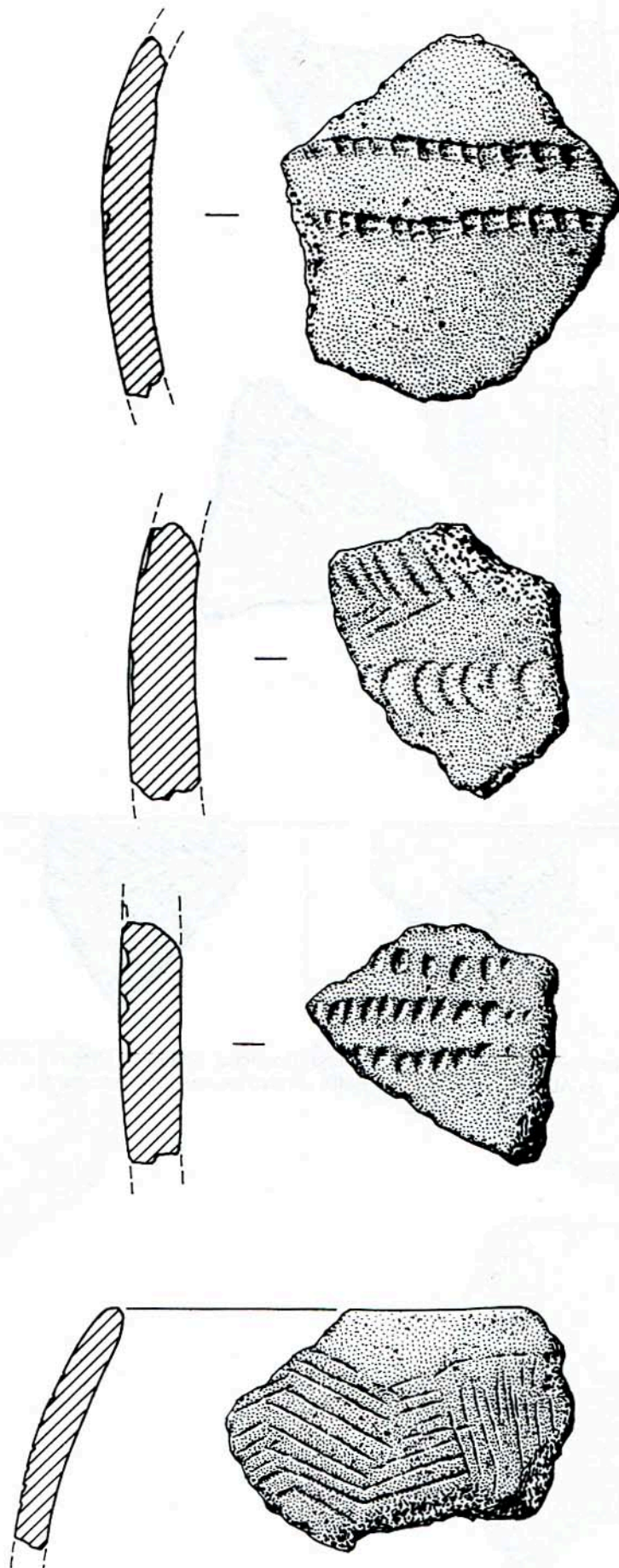
Estampa 1 – Cerâmica do Neolítico Antigo recolhida no sítio do PRAZO (Freixo de Numão) – escala 1:1



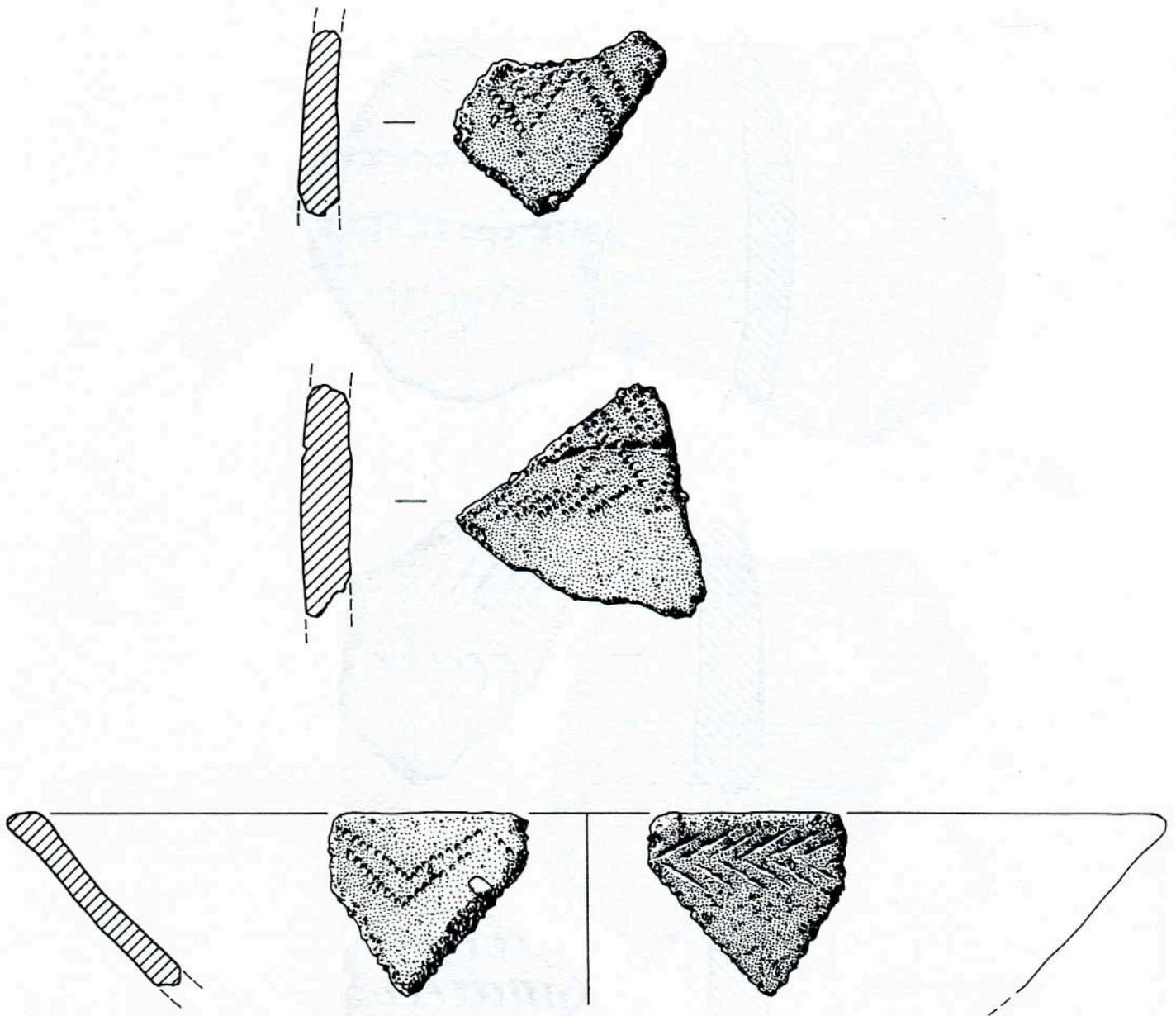
Estampa 2 – Cerâmica do Neolítico Antigo recolhida no sítio do PRAZO (Freixo de Numão) – escala 1:1



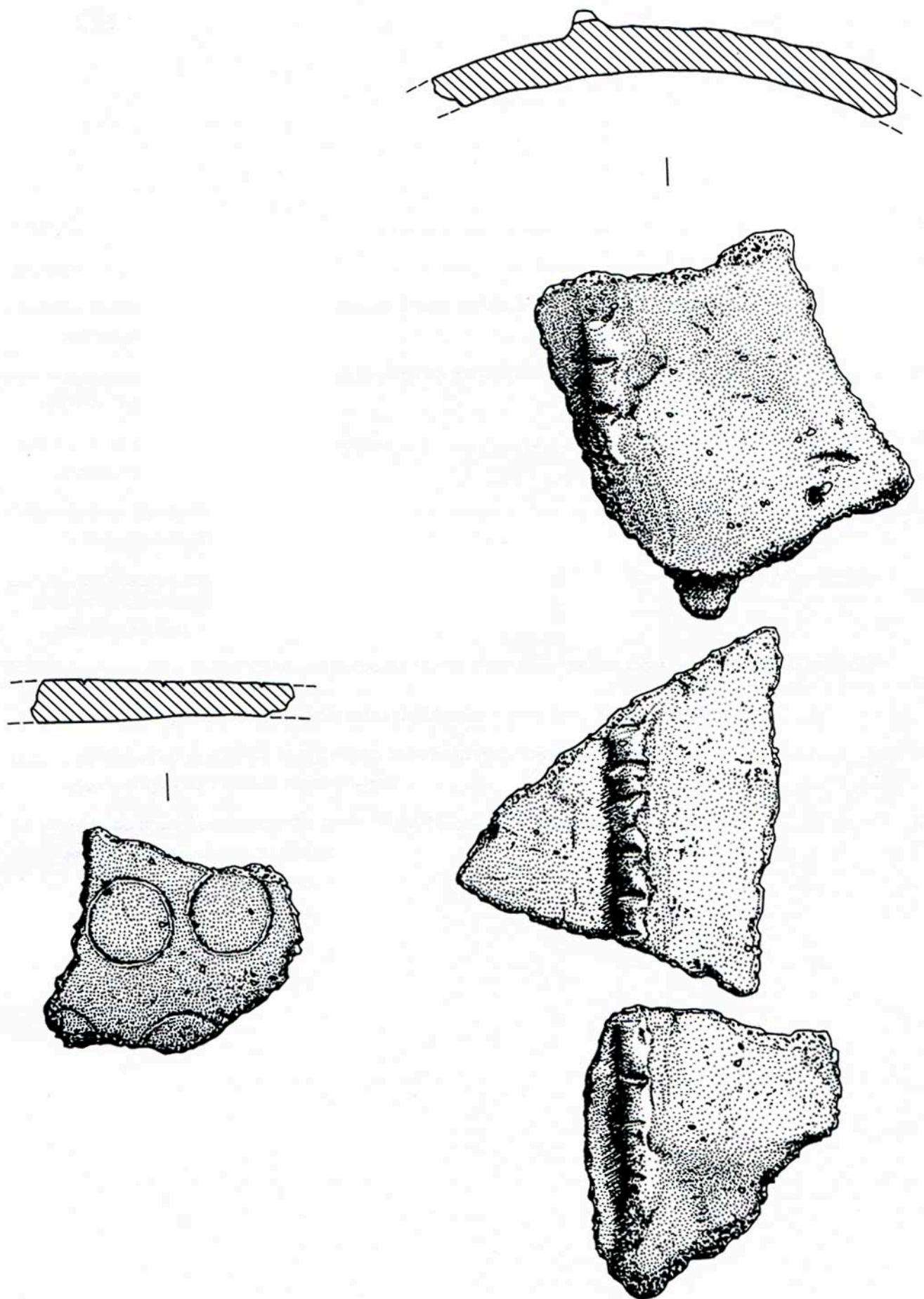
Estampa 3 – Cerâmica decorada do Calcolítico recolhida no sítio do CURRAL DA PEDRA (Chãs) – escala 1:1



Estampa 4 – Cerâmica decorada do Calcolítico recolhida no sítio do CURRAL DA PEDRA (Chãs) – escala 1:1



Estampa 5 – Cerâmica decorada do tipo "Cogeces" (Idade do Bronze) recolhida no ALTO DE SANTA EUFÉMIA (Freixo de Numão) – escala 1:1



Estampa 6 – Cerâmica decorada da Idade do Bronze recolhida no sítio do CASTELO VELHO (Chãs) – escala 1:1